

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 10

COMPORTAMENTO COMPARADO DOS PRINCIPAIS GOVERNOS BRASILEIROS NO ANO DA GRANDE CRISE (2008/2009)

**José Roberto Afonso
Guilherme Luís Nilson Pinto de Carvalho
Kleber Pacheco de Castro¹
Brasília, março de 2010**

¹ Economistas e, respectivamente, doutorandos da UNICAMP e da UFF. Elaborado com base em informações disponíveis até 10/3/2010. Como de praxe, as opiniões são exclusivamente dos autores.

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA – ESAF

Diretor-Geral da Esaf

Diretor-Geral-Adjunto da Esaf

Diretor de Educação

TEXTO PARA DISCUSSÃO

A série Texto para Discussão tem como objetivo divulgar resultados de trabalhos desenvolvidos pela área de pesquisa da Diretoria de Educação da Escola de Administração Fazendária, bem como outros trabalhos considerados de relevância tendo em vista as linhas de pesquisa da Instituição.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Esaf ou do Ministério da Fazenda.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como os maiores governos brasileiros enfrentaram os efeitos da crise financeira global? Os impactos sobre receitas, gastos, resultados e dívidas foram próximos ou muito divergiram? A comparação entre as primeiras estatísticas oficiais de 2009 com iguais informações para 2008 permitem as primeiras e preliminares respostas destas questões. Ainda que a crise tenha atingido a economia brasileira, como a do resto do mundo, nos últimos meses de 2008, os seus impactos sobre as finanças públicas foram atenuados ou mitigados, especialmente por conta do prazo entre a geração dos fatos tributados e a sua efetiva arrecadação aos cofres públicos.

Os indicadores fiscais que são divulgados com mais rapidez compreendem as necessidades de financiamento e da dívida líquida do setor público apurados mensalmente pelo Banco Central, mas tomando por base o que foi emprestado pelo setor financeiro (chamado de cálculo “abaixo da linha”), que não permite analisar os impactos sobre os fluxos e nem detalhar por unidade de governo.

Alternativa para uma análise em pouco tempo, com base em informações oficiais e com detalhamento dos fluxos é o controle previsto na Lei Complementar n.101, de 4/5/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Os primeiros relatos do fechamento de um exercício financeiro, reportando o resumo da execução orçamentária e o atendimento das metas fiscais, são publicados ao final de janeiro do ano seguinte. A grande vantagem dessa fonte para uma análise comparada entre governos, como aqui é proposta, é que a lei trata igualmente todos os entes da federação e, por princípio, todos devem divulgar informações de forma padronizada, o que permite melhor situar e comparar distintas unidades de governo.

Assim, as Secretarias de Fazenda dos Estados e/ou de Finanças dos Municípios, bem como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), já divulgaram na *internet* (mais uma das exigências da LRF) os relatórios de gestão fiscal e os relatórios resumidos da execução orçamentária referentes ao terceiro quadrimestre e último bimestre de 2009, respectivamente. Ambos os relatórios foram disponibilizados em alguns dos sítios da *internet* das referidas secretarias de fazenda, no caso de estados e municípios, e da STN, no caso do governo federal.

Em outubro de 2009, o assunto já havia sido tema de nota técnica. Se à época o objetivo era avaliar os impactos iniciais da crise, agora se pode realizar uma avaliação mais abrangente e consistente do comportamento comparado das contas da União, principais Estados e Municípios de grande porte.

Como não é possível levantar os relatórios de muitos governos (até pela indisponibilidade de grande parte deles), as atenções foram concentradas nos maiores governos do país e em uma amostra baseada na idéia de descentralização regional. Além do governo federal, dos três maiores governos estaduais e dos três maiores governos municipais (que terão mais ênfase nas análises), também foram computados, de acordo com a disponibilidade de relatórios na *internet*, de outros governos das regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Assim, foram tabulados alguns resultados principais do

RGF e do RREO divulgados na internet para a União²; para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Pará, Mato Grosso e Amazonas³; e, finalmente, para os municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Fortaleza e Cuiabá⁴. Todos os municípios escolhidos são capitais de seus estados e, geralmente, também são importantes pólos econômicos de referência na região onde se situam.

O RGF permite o controle dos dois limites básicos da LRF, expressos em proporção da receita corrente líquida: a despesa com pessoal (tanto por poder ou órgão, quanto consolidado para todo governo), demonstrada no anexo I, e a dívida consolidada (tanto bruta, quanto líquida), discriminada no anexo II. Já o RREO, dentre vários quadros, apresenta um relativo ao resultado primário (anexo VIII), que permite não apenas identificar o seu montante, como decompõe as receitas e as despesas que o formam, além de outra tabulação sobre o resultado nominal (anexo VI) e o resumo da execução orçamentária (anexo I).

Chama-se a atenção se que é necessário um ajuste para comparar a União com os outros governos porque ela não segue o modelo definido pela própria STN, com a despesa apurada pelo regime de competência. Como a União não divulga o cálculo do superávit primário com a mesma metodologia e classificação adotada pelos demais governos (mensurando pela ótica das necessidades de financiamento, próxima a do regime de caixa), cabe excluir dos gastos dos demais governos a inscrição dos restos a pagar não processados (RAP-NP) que são abatidos para calcular o resultado desses entes federados, de modo a aproximar e permitir melhor comparação entre o primário de todos os governos da amostra.

Portanto, esta primeira análise compara os indicadores da LRF apurados no fechamento do exercício de 2009 comparado aos de 2008. Como já foi dito, a comparação dos dois

² No portal da STN, o RREO de dezembro de 2009 e o RGF do 3º quadrimestre (só do Poder Executivo) estão disponíveis, respectivamente, nas seguintes páginas: http://www.stn.gov.br/hp/downloads/lei_responsabilidade/RRdez2009.pdf e http://www.stn.gov.br/hp/downloads/lei_responsabilidade/RGF3Q2009.pdf

³ Para esta análise, foram consultados os relatórios citados nos portais dos respectivos governos estaduais e municipais, em geral nas páginas das Secretarias de Fazendas. Por exemplo, no caso do governo paulista, os relatos estão disponíveis a partir de uma mesma página: <http://www.fazenda.sp.gov.br/execucao/2009.shtm>. Outra alternativa de trabalho que pode ser mais ágil é recorrer a uma ferramenta oferecida no portal da STN, chamado de sistema de coleta de dados dos Estados e Municípios, que permite pesquisar, na mesma página, dados para cada governo regional (estadual e/ou municipal), por período e por tipo de documento: http://www.stn.gov.br/Estados_municipios/sistn.asp.

⁴ A escolha dos governos estaduais e municipais foi feita basicamente pelo critério de representatividade na região de origem. Entretanto, a indisponibilidade de relatórios de alguns governos acabou limitando a seleção. Até a data do dia 11 de março de 2010 dentre as opções de governos estaduais e municipais pré-selecionados, apenas os que constam neste estudo que tiveram seus relatórios divulgados.

anos objetiva identificar os impactos importantes sobre as finanças decorrentes da crise financeira internacional. Para fins de evolução, os valores são deflacionados pelo IPCA. Os indicadores selecionados foram quatro: o resultado primário; a despesa com pessoal; a receita corrente líquida; e a dívida consolidada.

* * *

O ponto de partida para análise comparativa pode ser o próprio resultado primário – evidenciado no quadro a seguir.⁵

Praticamente todos os governos da amostra mantiveram o superávit em 2009 (à exceção de Pernambuco e Amazonas), mas, sob os efeitos da crise, como era de se esperar, o federal e os estaduais sofreram forte deterioração, enquanto os municipais trilharam o caminho inverso, com elevação do superávit – que só não surpreende a história dos governos locais de seguir um nítido ciclo, em que oscilam entre a formação de poupança no início dos mandatos dos prefeitos (e 2009 foi o primeiro do atual) e o seu gasto ao final (assim, a capital carioca e a paulistana aumentam fortemente seu primário, enquanto a mineira fica estável).

Se a crise teve alto impacto nas instâncias superiores de governo, há uma diferença nítida nos resultados: o estado do Rio Grande do Sul conseguiu o melhor resultado comparado, pois seu primário caiu 31,5%, seguido de -32,5% do estado de São Paulo e de -39% do estado de Minas Gerais. Estes três resultados contrastam significativamente com a forte piora no superávit da União (-47,7%) e de outros governos estaduais como o do Rio de Janeiro (-62%) e o do Amazonas (-192,2%).

Tabela 1 - RESULTADO PRIMÁRIO¹			
Esfera de Governo	2008²	2009	Varição real 2008 x 2009
Governo Federal	74.936.396	39.215.483	-47,7%
Estados e Municípios	30.841.419	18.831.836	-38,9%
Estados	26.667.773	13.426.657	-49,7%
São Paulo	9.313.766	6.287.514	-32,5%
Rio de Janeiro	4.852.288	1.843.346	-62,0%
Minas Gerais	5.324.000	3.249.067	-39,0%

⁵ Para fins de comparação, não custa repetir que o quadro do Resultado Primário aparece em formato diferente no governo federal em relação ao previsto em Manual da STN e adotado pelos governos estaduais e municipais pesquisados. Para harmonizar as informações, como a despesa no quadro do governo federal é reportada como “liquidadada”, como o superávit primário de R\$ 39,2 bilhões em 2009 coincide com o divulgado pela STN no seu boletim mensal e como neste não são computados como gastos os restos a pagar não-processados, se ajustou o resultado primário dos demais governos de modo a excluir do gasto (e acrescer ao resultado primário) os valores que eles reportam como inscritos na mesma categoria de restos não processados

Rio Grande do Sul	2.767.855	1.896.358	-31,5%
Pernambuco	769.837	-356.675	-146,3%
Bahia	1.725.615	878.638	-49,1%
Pará	463.706	86.178	-81,4%
Mato Grosso	823.966	120.134	-85,4%
Amazonas	626.741	-577.903	-192,2%
Municípios	4.173.646	5.405.179	29,5%
São Paulo	2.148.874	2.862.258	33,2%
Rio de Janeiro	1.073.671	1.693.757	57,8%
Belo Horizonte	24.133	25.133	4,1%
Porto Alegre	345.036	283.360	-17,9%
Curitiba	207.144	272.578	31,6%
Fortaleza	293.192	260.253	-11,2%
Cuiabá	81.597	7.840	-90,4%

Fonte: Relatórios resumidos de execução orçamentária disponíveis nos sítios das secretarias de fazenda e STN. Elaboração própria.

¹Resultado primário sem restos não processados, respeitando a metodologia utilizada pela STN na publicação do resultado primário em seus boletins mensais. Apenas no caso dos governos estaduais de Pernambuco, Pará e Mato Grosso e dos governos municipais de Fortaleza e Cuiabá que foi utilizado o conceito de restos a pagar com restos não processados, devido a falta de dados suficientes para obter o resultado do primeiro conceito.

²Valores a preços constantes, deflacionados pelo IPCA.

Em termos agregados, os estados compreendidos na amostra apresentaram uma perda de superávit primário próxima de 50% entre 2008 e 2009, com todos os estados contribuindo para esta queda. Já no caso dos governos municipais não houve um padrão neste sentido: alguns tiveram queda no indicador enquanto outros caminharam no sentido inverso e aumentaram o esforço fiscal em 2009. É o caso dos municípios do Rio de Janeiro (+57,8%), São Paulo (+33,2%) e Curitiba (+31,6%). Resultados como estes contribuíram para que o superávit primário de todos os municípios da amostra em 2009 fosse aproximadamente 30% maior do que no ano anterior.

Em princípio, era de se esperar que a crise deprimisse a receita e esta fosse a principal explicação para a piora do superávit primário. Esta afirmação é feita com a privação de afirmar que a queda do superávit primário também se daria por outro caminho: pelo lado do gasto, também caberia uma expansão dos investimentos, se fosse para seguir a tradicional receita keynesiana de combate à recessão.

Não foi exatamente isto que aconteceu no governo federal no ano passado. De fato, ocorreu justamente o inverso. A receita líquida caiu apenas 2,7% em termos reais, entre 2008 para 2009 – muito em função de receitas extraordinárias, como as transferências de depósitos judiciais, que até podem ter que ser devolvidos no futuro. Do outro lado, a despesa líquida com pessoal aumentou 10,5% no período⁶. Como houve crescimento do gasto e queda da receita simultaneamente, o movimento do superávit primário seria

⁶ Sabe-se pela análise da execução orçamentária e financeira que os investimentos explicaram uma parcela reduzida do incremento do gasto primário no ano passado.

óbvio: queda. Isto tudo no final, acabou resultado em um inevitável incremento da dívida consolidada líquida em 22,5% no governo federal. Neste conceito (DCL), a dívida alcançou aproximadamente R\$ 972 bilhões em dezembro de 2009.

Para uma avaliação comparada entre os diferentes entes federados pesquisados vale ver a variação real entre 2008 e 2009 das principais variáveis fiscais a seguir:

Tabela 2 - Variação real dos indicadores (2008 x 2009)¹					
Esfera de Governo	Receita Corrente Líquida	Despesa com pessoal - Governo²	Investimentos²	Resultado Primário³	Dívida consolidada líquida
Governo Federal	-2,7%	10,5%	46,1%	-47,7%	22,5%
Estados e Municípios	-2,3%	2,9%	17,2%	-38,9%	-6,4%
Estados	-2,9%	3,7%	27,3%	-49,7%	-7,1%
São Paulo	0,5%	1,4%	37,1%	-32,5%	-6,7%
Rio de Janeiro	-13,2%	5,9%	63,9%	-62,0%	-11,8%
Minas Gerais	-5,1%	2,1%	-3,2%	-39,0%	-2,3%
Rio Grande do Sul	-0,5%	5,3%	37,8%	-31,5%	-6,3%
Pernambuco	1,3%	6,7%	56,3%	-146,3%	3,5%
Bahia	-1,8%	6,7%	5,8%	-49,1%	-13,6%
Pará	0,5%	6,4%	-14,2%	-81,4%	-14,7%
Mato Grosso	-0,3%	6,6%	17,5%	-85,4%	-22,5%
Amazonas	-8,2%	6,4%	43,9%	-192,2%	29,7%
Municípios	0,6%	-1,7%	-20,4%	29,5%	-2,2%
São Paulo	0,3%	-0,4%	-19,4%	33,2%	2,5%
Rio de Janeiro	2,6%	-8,0%	-51,1%	57,8%	-45,4%
Belo Horizonte	0,6%	6,7%	-9,9%	4,1%	25,8%
Porto Alegre	-0,2%	0,9%	7,1%	-17,9%	-56,5%
Curitiba	3,3%	8,3%	-14,0%	31,6%	-24,1%
Fortaleza	-5,9%	1,1%	6,2%	-11,2%	20,5%
Cuiabá	-3,3%	9,9%	-42,5%	-90,4%	-23,8%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados). Elaboração própria.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA;

²Despesa com Pessoal e investimentos não computam valores inscritos em restos a pagar não processados;

³Resultado primário sem restos não processados, com exceção de Pernambuco, Pará, Mato Grosso, Fortaleza e Cuiabá.

* * *

A deterioração fiscal das contas da União fica mais visível quando expressa em função da receita corrente líquida (RCL), a “unidade de conta” básica para fins de aplicação da LRF, haja vista que independente do tamanho da economia (PIB), a receita efetivamente arrecadada é que dita a capacidade de financiamento das despesas dos próprios governos.

No caso da União, a despesa com pessoal saltou de 30,5% para 34,7% da RCL, entre o exercício de 2008 e de 2009, um incremento de 4,2 pontos da receita anual. Já o superávit primário caiu de 16,7% para 9% da RCL e, como consequência, a dívida consolidada líquida ao final dos respectivos anos, pulou de 1,77 para 2,22 vezes a receita anual.

Tão acelerado endividamento em tão pouco tempo, que permitiu a ultrapassagem da dívida do limite do dobro da receita corrente líquida, fixado pelo Senado para os Estados, só foi possível porque a União não está sujeita a qualquer limite de endividamento. Ainda que previstos na Constituição e na LRF, tais limites nunca foram

regulamentados pelo Congresso. Embora seja um conceito pouco utilizado no Brasil em detrimento do conceito de dívida líquida, a dívida consolidada (ou bruta) atingiu níveis preocupantes. Superou a barreira dos R\$ 2,1 trilhões e fechou o ano com um aumento real de 21,8% em relação ao fechamento de 2008, representando, em estoque, quase 5 vezes o fluxo da receita corrente líquida de 2009. O montante é mais que o dobro da dívida consolidada líquida e, comparadas as variações reais, o valor do incremento da dívida bruta foi quase 120% maior que o incremento da dívida consolidada líquida, que já foi altíssimo – cerca de R\$ 180 bilhões.

A piora das contas federais contrasta radicalmente com o comportamento das contas de São Paulo⁷, que se encontra em melhor situação dentre os nove estados selecionados para este estudo. Apesar da forte recessão que afetou o setor industrial no país, e conseqüentemente a economia paulista, a receita deste estado passou incólume pela crise apresentando pequeno crescimento (+0,5%) entre 2008 e 2009. Como a despesa com pessoal também cresceu pouco (+1,4%), o que praticamente manteve o mesmo patamar deste indicador em relação à RCL, a explicação básica para a queda de quase um terço do superávit primário pode ser atribuída à forte expansão de investimentos promovida pelo estado em 2009 (+37%).

Portanto, a política anticíclica do tipo keynesiana – que sugere que o combate à crise deve ser feito com aumento dos gastos, especialmente gastos de investimentos – foi feita pelo estado de São Paulo e não pelo governo federal.

O que mais chama a atenção é que, mesmo com as restrições geradas pela crise financeira, São Paulo conseguiu uma expressiva redução de 6,7% da dívida líquida do estado, que fechou 2009 em 1,5 vezes a receita corrente contra 1,63 no fechamento de 2008. O mesmo movimento ocorreu com a dívida consolidada, que fechou o ano com queda real de 4,1%, representando quase 1,86 vezes a receita corrente líquida de 2009, muito distante do resultado da União no mesmo indicador, que chegou próximo a 5 vezes a receita corrente líquida em 2009. O comportamento das dívidas bruta e líquida de São Paulo e sua evolução na participação na receita corrente líquida são diametralmente opostos ao observado no governo federal. O mesmo ocorre com os demais estados e municípios, que em termos agregados reduziram sua dívida consolidada líquida em 7,1% e 2,2%, respectivamente, do fechamento de 2008 para o fechamento do ano seguinte. Por este motivo não será priorizada a análise da dívida consolidada nas análises seguintes.

⁷ Recentemente, uma avaliação equivocada e, depois, corretamente corrigida sobre as contas de São Paulo decorreu de mudança na contabilização dos gastos com a previdência dos servidores que, sem ajuste, superestimaria a folha salarial do Estado. Documentos envolvidos na polêmica estão disponíveis em: <http://www.joserobertoafonso.ecn.br/Site/asp/AcervoPessoal.aspx?Tip=1&Num=923>

A análise final chegou a conclusões semelhantes às destacadas nesta nota, ou seja, que o governo paulista privilegiou os investimentos no aumento de seus gastos, a conferir em: <http://www.joserobertoafonso.ecn.br/Site/asp/AcervoPessoal.aspx?Tip=4&Num=941>

No caso do estado de Minas Gerais, se caiu em 39% o seu resultado primário sem RAP-NP, este mostrou alguma austeridade orçamentária, pois manteve controle sobre as despesas com pessoal (2,1%) diante da leve queda de receita (-5,1%), e ainda conseguiu reduzir sua dívida (-2,3%), que chegou a 1,8 vezes a receita corrente líquida. A queda na receita, porém, trouxe a reboque um resultado negativo na capacidade de investimento do estado, que caiu 3,2%. Apesar disso, o investimento sem RAP-NP do estado de Minas Gerais ganhou espaço na RCL, com um incremento tímido de 0,2% no esforço relativo de investimento.

O estado Rio de Janeiro teve desempenho parecido com o de Minas Gerais. Este foi um dos governos da amostra que mais sofreu redução do superávit primário (-62%), que decorreu da mais importante queda real de receita (-13%), sendo esta, fruto de alteração em critério de cálculo.⁸ A despesa com pessoal teve uma aumento de 5,9%⁹, próximo dos maiores incrementos estaduais, mas ainda assim muito aquém da variação registrada na folha salarial do governo federal. Apesar disso, houve uma redução real dos gastos com pessoal do poder executivo da ordem de 1,8%, o que denota que algum esforço de redução dos gastos com pessoal foi feito, diferentemente da União onde o aumento se deu tanto nos gastos com pessoal no executivo (8,2%), quanto na despesa com pessoal do governo (10,5%). Os dois melhores resultados do estado do Rio de Janeiro compreendem, pelo lado do fluxo, o fantástico incremento real de 64% dos investimentos e, pelo lado do estoque, a queda da dívida em quase 12%, fechando 2009 em 1,62 vezes da receita corrente líquida.

O destaque negativo dentre os resultado primários sem restos a pagar estaduais fica por conta do estado do Amazonas, que se depreciou em pouco mais de 190% entre 2008 e 2009, revertendo um superávit primário de quase R\$ 600 milhões em 2008 em um déficit primário de aproximadamente R\$ 578 milhões em 2009. Este movimento radical foi influenciado por três fatores: entre os dois anos em análise houve queda da receita corrente líquida (-8,2%), aumento da despesa de pessoal do governo (+6,4%) e forte aumento dos investimentos (+44%). Desta forma o estoque da dívida consolidada líquida apresentou um expressivo crescimento de quase 30% do fechamento de 2008 para o fechamento de 2009. Ainda assim a dívida desta federação representou, em 2009, irrisórios 0,18 vezes a própria receita corrente líquida.

Quanto aos Municípios, todos guardam semelhanças entre si e, mais do que os efeitos da crise, refletem o já tradicional ajuste de orçamento e dos gastos que marca o início de mandato dos prefeitos brasileiros, iniciado no ano passado.

⁸ De acordo com a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, a explicação pela queda abrupta na receita foi a saída da CEDAE da contabilização das contas públicas do Estado porque passou, a partir de 2009, a ser considerada “estatal não dependente”, o que teria reduzido em cerca de R\$ 3 bilhões a receita líquida estadual.

⁹ Segundo o Boletim de Transparência Fiscal da SEFAZ-RJ, o aumento da folha do Executivo reflete em grande parte correções salariais nas áreas de educação e segurança.

Dentre as maiores capitais do país, chama a atenção especial o município de São Paulo porque, no ano passado, a despesa com pessoal caiu 0,4%, a receita permaneceu praticamente estável (+0,3%) e os investimentos recuaram em 19,4%, o que proporcionou um aumento do resultado primário de mais de 30%. Isto permitiu que a dívida consolidada líquida do estado permanecesse praticamente estável de 2008 para 2009, com pequeno crescimento de 2,5%. Embora tenha conseguido um equilíbrio fiscal invejável, ao contrário dos estados, o município de São Paulo diminuiu o investimento, confirmando o ciclo político-fiscal já comentado.

O município do Rio de Janeiro conseguiu associar redução da despesa com pessoal, redução da dívida consolidada líquida e aumento da receita e do superávit primário. No entanto, exceto pela variação sensível na dívida (-45,4%), os demais resultados foram marginais. Embora a contenção de gastos tenha sido algo importante na condução das contas do município, o investimento caiu em 51%, mais uma vez dentro do ciclo político.

Já Belo Horizonte assistiu a um ligeiro aumento da despesa líquida com pessoal (6,7%), forte incremento em 25,1% da dívida líquida e uma variação praticamente inexpressiva da receita corrente líquida. Por outro lado, foi o governo com a maior razão investimentos/RCL na amostra e, possivelmente, uma parcela importante desse gasto esteja sendo financiado por operações de crédito e, também, por transferências de capital – as duas receitas somadas explicam 48% do investimento liquidado.

Outro município que merece destaque é o de Porto Alegre. Curiosamente, com movimentos de aumento de despesa (despesa de pessoal cresceu 0,9% e investimentos cresceu 7,1%) e de queda da receita (receita corrente líquida caiu 0,2%), a dívida consolidada líquida recuou quase 57% de 2008 para 2009 – o maior recuo dentre os municípios da amostra.

* * *

Para observar com mais clareza o comportamento comparado dos gastos com pessoal¹⁰ e investimentos fixos foram expostas suas variações reais (sempre deflacionado pelo IPCA) e o esforço em relação à receita (RCL), entre 2008 e 2009, nas duas figuras seguintes.

¹⁰ Chama-se a atenção que a despesa com pessoal considerada nessa tabela é que abrange todo o governo e foi extraída do cálculo do resultado primário, quadro do RREO. As tabulações em anexo apresentam também a mesma informação limitada apenas ao Poder Executivo – quando informada no RGF do 3º Quadrimestre (notem que não é o consolidado). É interessante observar que em alguns governos regionais registraram redução real nas despesas com a folha do Executivo, embora tenham tido aumento real nas despesas consolidadas do governo (a diferença seria explicada por incremento de gastos nos demais Poderes), o que reforça o esforço de contenção de gastos pelos Governadores.

Tabela 3 - Variação real 2008 x 2009		
Esfera de Governo	Despesa com pessoal¹	Investimentos²
Governo Federal	10,5%	46,1%
Estados e Municípios	2,9%	17,2%
Estados	3,7%	27,3%
São Paulo	1,4%	37,1%
Rio de Janeiro	5,9%	63,9%
Minas Gerais	2,1%	-3,2%
Rio Grande do Sul	5,3%	37,8%
Pernambuco	6,7%	56,3%
Bahia	6,7%	5,8%
Pará	6,4%	-14,2%
Mato Grosso	6,6%	17,5%
Amazonas	6,4%	43,9%
Municípios	-1,7%	-20,4%
São Paulo	-0,4%	-19,4%
Rio de Janeiro	-8,0%	-51,1%
Belo Horizonte	6,7%	-9,9%
Porto Alegre	0,9%	7,1%
Curitiba	8,3%	-14,0%
Fortaleza	1,1%	6,2%
Cuiabá	9,9%	-42,5%

Fonte: Relatórios resumidos de execução orçamentária disponíveis nos sítios das secretarias de fazenda e STN. Elaboração própria.

¹Despesa com pessoal se refere à despesa com pessoal do governo;

²Investimento não computa valores inscritos em restos a pagar não processados.

Tabela 4 - Participação na Receita Corrente Líquida						
Esfera de Governo	Despesa com pessoal ¹			Investimentos ²		
	2008	2009	Varição em pp. RCL	2008	2009	Varição em pp. RCL
Governo Federal	30,5%	34,7%	4,2%	2,3%	3,4%	1,1%
Estados e Municípios	48,7%	51,3%	2,6%	7,6%	9,1%	1,5%
Estados	50,2%	53,7%	3,4%	7,3%	9,5%	2,3%
São Paulo	48,7%	49,1%	0,4%	7,1%	9,7%	2,6%
Rio de Janeiro	27,5%	33,6%	6,1%	4,7%	8,9%	4,2%
Minas Gerais	56,1%	60,4%	4,2%	9,3%	9,5%	0,2%
Rio Grande do Sul	66,0%	69,8%	3,9%	1,8%	2,5%	0,7%
Pernambuco	70,8%	74,6%	3,8%	6,9%	10,7%	3,8%
Bahia	65,9%	71,5%	5,7%	8,1%	8,7%	0,6%
Pará	46,1%	48,8%	2,7%	12,1%	10,3%	-1,8%
Mato Grosso	56,4%	60,3%	3,9%	11,0%	12,9%	2,0%
Amazonas	47,9%	55,4%	7,6%	16,0%	25,0%	9,0%
Municípios	41,2%	40,3%	-0,9%	9,3%	7,3%	-1,9%
São Paulo	31,1%	30,9%	-0,2%	9,9%	7,9%	-1,9%
Rio de Janeiro	64,2%	57,6%	-6,6%	6,3%	3,0%	-3,3%
Belo Horizonte	37,2%	39,5%	2,3%	20,1%	18,0%	-2,1%
Porto Alegre	48,2%	48,7%	0,5%	4,6%	4,9%	0,3%
Curitiba	32,0%	33,6%	1,6%	5,5%	4,5%	-0,9%
Fortaleza	44,9%	48,2%	3,3%	8,0%	9,0%	1,0%
Cuiabá	43,3%	49,2%	5,9%	10,6%	6,3%	-4,3%

Fonte: Relatórios resumidos de execução orçamentária disponíveis nos sítios das secretarias de fazenda e STN. Elaboração própria.

¹Despesa com pessoal se refere à despesa com pessoal do governo, disponíveis na tabela de resultado primário no RREO de cada secretaria de fazenda;

²Investimento não computa valores inscritos em restos a pagar não processados.

Das dezessete administrações estudadas (federal, nove estaduais e sete municipais), o governo federal é o que mais aumentou as despesas com pessoal. A diferença representa um acréscimo de mais de 3% de toda a receita líquida da União e o gasto com pessoal chegou a pouco mais de 34% da RCL. Já o investimento teve um aumento de 46,1%, que é um número considerável. No entanto, parte de uma base baixa em 2008 que contaminou a taxa observada. Além disso, o investimento da União representava apenas 2,2% da receita líquida auferida em 2008, passando para 3,4% em 2009, o que, embora seja um esforço louvável, é muito baixo, especialmente para o governo central. Todos os demais estados e municípios observados, exceto o estado do Rio Grande do Sul e o município do Rio de Janeiro, investem relativamente mais de suas receitas líquidas que a União.

O estado de São Paulo caminha na direção do aumento do gasto com investimento associado a um aumento muito baixo dos gastos com pessoal. Ou seja, há uma preocupação em conter as despesas com pessoal ao mesmo tempo em que se investe um montante considerável das receitas líquidas. Para se ter uma idéia, esse valor – chamado de esforço para investir – chegou a 9,7% em 2009, que observou um aumento de 37% do total investido em relação a 2008. O aumento do esforço para investir do estado representou um incremento de 2,6% da RCL, mais que o dobro do resultado do esforço para investir da União, que gerou uma variação de pouco menos de 1,2% da RCL. Lembrando que se trata do estado mais rico da federação, mas ainda assim é um valor considerável. Além do estado de São Paulo, outros governos estaduais da amostra apresentaram, de 2008 para 2009, crescimento nas despesas de investimento maior do que nas despesas de pessoal, como Rio de Janeiro, Pernambuco e Amazonas. Este último, inclusive, também se destaca por ter apresentado em 2009 o maior esforço de investimento (25% da RCL) dentre a amostra. Considerando os dados agregados dos estados o crescimento dos investimentos em 2009 foi em média de 27,3%, resultado bem superior a média do crescimento das despesas com pessoal que foi de apenas 3,7%.

O estado de Minas Gerais andou na contramão dos estados, com aumento tímido da despesa com pessoal associado à diminuição real do investimento – movimento bem parecido com o do estado do Pará. No entanto, a redução pode ser explicada pela queda de mais de 5% na receita corrente líquida. Ainda assim, a variação nominal do investimento garantiu um aumento de 0,2% da receita corrente líquida de 2008 para 2009, fazendo com que o esforço para investir atingisse 9,5% da RCL do estado neste último ano.

Não custa repetir que nos municípios o ciclo político influencia as despesas, pois é natural haver algum ajuste fiscal no primeiro ano da gestão dos governos eleitos. Dessa forma, é possível observar contenção nas despesas com pessoal associado ou não à redução nos níveis de investimento. Isto é comprovado pelo resultado agregado dos governos municipais: no último ano estes apresentaram retração nas despesas com pessoal (-1,7%) e nos investimentos (-20,4%). Os únicos casos que destoaram desta característica foram Porto Alegre e Fortaleza, ambos apresentando crescimento real nas despesas de pessoal (0,9% e 1,1%, respectivamente) e nos investimentos (7,1% e 6,2%, respectivamente). Existem ainda as exceções em apenas um dos itens de despesa, como Belo Horizonte, Curitiba e Cuiabá, onde apenas as despesas com pessoal cresceram de 2008 para 2009. Apesar da queda real do investimento na capital mineira, Belo Horizonte é o município que mais investe em relação à sua receita líquida: 18%.

Mais uma vez vale destacar que é louvável o esforço do governo federal em aumentar o nível de investimentos, representado pelo expressivo aumento de pouco mais de 46% de 2008 para 2009. Dentre os estados que mais realizam investimentos relativamente à receita, Amazonas, Mato Grosso, Pernambuco e Pará aparecem nas primeiras posições com investimentos maiores do que 10% da RCL em 2009. São Paulo e Minas Gerais aparecem na seqüência com esforços de 9,7% e 9,5% da RCL, respectivamente. O

estado do Rio de Janeiro ganha destaque pela grande variação do esforço de investimento entre 2008 e 2009: o aumento real de 62% nos investimentos sem RAP-NP do estado permitiu que o esforço de investimento passasse de 4,7% da RCL em 2008 para 8,9% da RCL no ano passado.

Tabela 5 - Investimentos (R\$ Milhares)				
Esfera de Governo	2008 corr.	2008 const.	2009	Varição real 2008 x 2009
União	9.774.499,00	10.253.110,95	14.977.895,00	46,1%
Estados e Municípios	18.816.259,10	19.737.604,18	23.126.417,18	17,2%
Estados	14.816.818,72	15.542.329,72	19.787.827,97	27,3%
São Paulo	5.827.517,00	6.112.863,52	8.381.841,00	37,1%
Rio de Janeiro	1.504.428,00	1.578.092,87	2.586.576,00	63,9%
Minas Gerais	2.711.605,82	2.844.380,60	2.753.332,28	-3,2%
Rio Grande do Sul	305.946,57	320.927,36	442.253,76	37,8%
Pernambuco	694.442,00	728.445,61	1.138.573,00	56,3%
Bahia	1.154.962,01	1.211.515,15	1.281.687,02	5,8%
Pará	919.115,00	964.119,81	827.322,00	-14,2%
Mato Grosso	678.521,70	711.745,77	836.313,01	17,5%
Amazonas	1.020.280,62	1.070.239,04	1.539.929,89	43,9%
Municípios	3.999.440,39	4.195.274,46	3.338.589,21	-20,4%
São Paulo	2.053.816,07	2.154.381,93	1.737.279,31	-19,4%
Rio de Janeiro	607.228,91	636.962,10	311.445,09	-51,1%
Belo Horizonte	779.462,70	817.629,37	736.387,04	-9,9%
Porto Alegre	121.319,06	127.259,49	136.305,09	7,1%
Curitiba	154.153,03	161.701,19	139.045,11	-14,0%
Fortaleza	209.511,11	219.769,90	233.492,64	6,2%
Cuiabá	73.949,52	77.570,48	44.634,94	-42,5%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

*Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

**Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Se excluía a União e somados os valores investidos em 2009 pelos nove governos estaduais que compõem a amostra, em termos reais, o montante obtido é 32% maior que o montante investido pela União. Em outras palavras, apenas nove de mais de 27 Unidades Federativas investem mais do que o governo federal realiza no país inteiro. Se trouxermos os municípios para esta mesma base de comparação a diferença fica ainda mais gritante. Todos os dezesseis governos subnacionais da amostra investiram em 2009 cerca de R\$ 23,1 bilhões, enquanto o governo federal investiu no mesmo período aproximadamente R\$ 15 bilhões. Ou seja, uma pequena parcela dos cerca de 5,5 mil governo subnacionais conseguiu no ano passado realizar investimentos 54,4% maiores do que o governo central. Ainda que em um país bastante descentralizado como Brasil, este resultado, no mínimo, chama a atenção. Ainda mais se a análise for feita com base

nos dados do ano de 2008. Neste sentido, vale destacar que em 2008 o governo federal amargava situação ainda mais desconfortável, não apenas no esforço de investimento, mas também em relação ao montante investido. Naquele ano, apenas os nove estados da amostra investiram quase 52% a mais que o governo federal. Se considerarmos todos os governos subnacionais da amostra este percentual passa a 92,5%. Isto é, em 2008 uma relação de dezesseis governos regionais ou locais investiu quase o dobro realizado pela União no mesmo ano.

Outro fato que chama a atenção no trato com o investimento é a diferença entre a dotação autorizada (empenhadas) e o que de fato foi realizado no período. Este valor é conhecido como restos a pagar e, como o próprio nome já diz, espera-se que seja apenas um resíduo do liquidado no ano. Esta conta, aliás, tem a peculiaridade de ser um valor que deve necessariamente ser utilizado no ano seguinte e, portanto, pode ser um grande ralo de desperdício de recursos (nem sempre abundantes).

Tabela 6 - Relação entre Investimentos e Restos a Pagar em 2009			
Esfera de Governo	Investimentos	Restos a pagar	RP/valor liquidado
Governo Federal	14.977.895	30.833.193	205,9%
Estados e Municípios	23.126.417	4.790.931	20,7%
Estados	19.787.828	3.668.796	18,5%
São Paulo	8.381.841	1.889.667	22,5%
Rio de Janeiro	2.586.576	149.961	5,8%
Minas Gerais	2.753.332	832.056	30,2%
Rio Grande do Sul	442.254	155.795	35,2%
Pernambuco	1.138.573	4.931	0,4%
Bahia	1.281.687	47.338	3,7%
Pará	827.322	0	0,0%
Mato Grosso	836.313	335.743	40,1%
Amazonas	1.539.930	253.306	16,4%
Municípios	3.338.589	1.122.134	33,6%
São Paulo	1.737.279	247.579	14,3%
Rio de Janeiro	311.445	89.284	28,7%
Belo Horizonte	736.387	673.305	91,4%
Porto Alegre	136.305	34.697	25,5%
Curitiba	139.045	77.269	55,6%
Fortaleza	233.493	0	0,0%
Cuiabá	44.635	0	0,0%

Fonte: Relatórios resumidos de execução orçamentária disponíveis nos sítios das secretarias de fazenda e STN.

Aqui a União aparece novamente numa situação amplamente desconfortável. Os restos a pagar não pagos em 2009 chegaram a mais de R\$ 30 bilhões, pouco mais que o dobro do valor efetivamente empregado no ano. Isso revela um problema claro de administração dos recursos para investimento. Mais do que isso, revela uma

incapacidade da máquina pública de absorver e aplicar os recursos autorizados. O governo poderia ter investido pouco mais de R\$ 45 bilhões em 2009, valor mais condizente com a condição de governo central e com as responsabilidades que essa condição implica. Há, portanto, duas vezes o valor investido que simplesmente foram deixados de lado para serem gastos no ano seguinte, o que, dado o histórico recente das contas públicas provavelmente não acontecerá. Isto é, é provável a ocorrência de uma postergação dos investimentos para os anos seguintes.

Os estados, por sua vez, são mais fiéis ao conceito básico de restos a pagar. Está claro que há um padrão diferente do observado na União, onde o saldo a pagar foi o dobro do principal investido. A título de exemplo o estado do Rio de Janeiro apresenta o mais baixo índice entre RAP-NP/investido (5,8%), dentre os governos mais representativos, mesmo tendo feito um expressivo esforço de investimento em 2009. Isso para não citar o governo de Pernambuco que deixou como restos a pagar irrisórios 0,4% do valor liquidado em 2009. No resultado agregado dos estados o índice de restos a pagar em relação ao valor liquidado ficou em 18,5% no ano passado.

No caso dos municípios a relação RAP-NP/valor liquidado dos investimentos segue um padrão semelhante com a dos estados. Os únicos que destoam da média são Belo Horizonte, com índice de 91,4%, e Curitiba, com índice de 55,6%. Ambos os municípios poderiam ter tido ótimos resultados de investimento caso tivesse conseguido aplicar todos os recursos da dotação autorizada. De qualquer forma, no caso de todos os municípios da amostra, a média dos restos a pagar como relação da liquidação de investimentos ficou em 33,6% em 2009 – resultado absolutamente inferior aos quase 206% apresentados pela União.

* * *

Em conclusão, se o ano de 2009 foi inegavelmente atípico para as finanças públicas, como de resto para toda a economia, devido à gravidade da crise financeira global, não foi de todo anormal, apenas por fatores passageiros ou conjunturais. Ele confirmou uma tendência que já vinha se desenhando nos outros anos, de progressiva melhora das finanças estaduais e municipais, aqui retratada pela geração de um superávit primário importante e um déficit nominal decrescente, que culminou com resultado positivo em 2009.

Os fluxos fiscais no ano da crise confirmaram um comportamento excepcionalmente bom dos governos subnacionais diante da rápida e forte deterioração dos resultados do governo federal. No médio e longo prazo, a evolução dos fluxos e também do endividamento público confirmam uma nova e muito mais responsável postura estadual e municipal, sendo que, no período mais recente, depois da crise, contrasta com a falta de austeridade do governo federal.

Quase dez anos passados da implantação da LRF e em meio a mais grave crise financeira global dos últimos tempos, os governos estaduais e municipais apresentaram um desempenho fiscal surpreendentemente positivo, enquanto o federal trilhou um caminho exatamente oposto ao daqueles governos e, mais preocupante,¹¹ ao recomendado pela teoria e pelas experiências internacionais.

Como visto pelos relatórios da LRF, comparadas as finanças do governo federal com a de uma seleção de estados e municípios das capitais, se verificou em 2009, relativamente ao ano anterior, trajetórias bem distintas. A receita apresentou uma trajetória de queda maior em alguns governos estaduais e municipais do que na esfera federal, porém, apesar disso, elas não sofreram uma deterioração de resultado da dimensão da federal porque controlaram o gasto.

As estatísticas negam que o governo federal teria perdido mais receita e elevado mais investimentos do que os estados e municípios, de modo que o impacto da crise e a necessária resposta fiscal teriam prejudicado mais as contas do governo federal e isso explicaria a discrepância entre os indicadores mais recentes dos dois governos. Muito pelo contrário, as evidências apontam justamente o oposto, que tal efeito se deu nas contas dos governos estaduais e, ainda assim, eles conseguiram evitar uma deterioração maior do primário e chegaram a gerar um histórico e excepcional superávit nominal – ainda que boa parte decorrente da deflação na rolagem da dívida. É possível atribuir mais aos governos estaduais do que ao federal uma postura mais ativa e tipicamente anticíclica uma vez que expandiram e empreenderam um maior esforço por investir relativamente às receitas próprias.

Praticamente todos os estados adotaram claramente uma política anticíclica via aumento do gasto público baseado no aumento do investimento, mantendo controle de gastos permanentes (como pessoal) e, ainda, reduzindo a dívida líquida. No caso federal, mesmo sem perder tanta receita, gastos permanentes explodiram (caso típico da folha salarial), o primário despencou, sem que isso fosse explicado basicamente por investimentos, e o endividamento subiu sensivelmente, uma vez que não está sujeito a qualquer restrição ou limite legal, como se a LRF só fosse aplicável aos outros governos.

Em suma, é inegável que preocupa que, para o governo federal, o que deveria ser regra (austeridade) parece está virando algo do passado, enquanto os estados e mesmo as capitais seguem um padrão fiscal inegavelmente muito mais responsável.

Em termos perspectivos, como a piora do primário federal decorreu basicamente de expansão de gastos correntes permanentes, será preciso alguma mudança na política e

¹¹ As mesmas conclusões só que para o agregado das três esferas de governo, após análise da evolução recente do superávit primário, dos gastos com juros nominais e do superávit nominal, assim como da dívida líquida do setor público, são apontadas em nota técnica disponível em: <http://www.joserobertoafonso.ecn.br/Site/asp/AcervoPessoal.aspx?Tip=1&Num=939>

nos instrumentos fiscais, a menos que se logre nova elevação de sua carga tributária ou efeitos fiscais de um crescimento acelerado e por longo período. Se responsabilidade fiscal constitui um regime que já se pode considerar consolidado no âmbito estadual e municipal, resta esperar que a mesma eficácia alcance a esfera superior de governo do País, a começar pela aplicação de limites ao seu endividamento, como um todo e mobiliário, em particular.

ANEXO ESTATÍSTICO

Resultado Primário (R\$ Milhares)				
Esfera de Governo	2008 corr.	2008 const.	2009	Variação real 2008 x 2009
União	71.438.389,00	74.936.396,10	39.215.483,00	-47,7%
Estados e Municípios	29.401.751,38	30.841.418,99	18.831.836,30	-38,9%
Estados	25.422.929,77	26.667.772,91	13.426.657,15	-49,7%
São Paulo	8.879.002,00	9.313.765,61	6.287.514,00	-32,5%
Rio de Janeiro	4.625.785,00	4.852.288,27	1.843.346,00	-62,0%
Minas Gerais	5.075.477,36	5.323.999,99	3.249.067,28	-39,0%
Rio Grande do Sul	2.638.652,46	2.767.855,05	1.896.358,23	-31,5%
Pernambuco	733.901,00	769.836,73	(356.675,00)	-146,3%
Bahia	1.645.064,25	1.725.615,43	878.637,91	-49,1%
Pará	442.060,00	463.705,63	86.178,00	-81,4%
Mato Grosso	785.503,06	823.965,51	120.133,69	-85,4%
Amazonas	597.484,63	626.740,69	(577.902,95)	-192,2%
Municípios	3.978.821,61	4.173.646,08	5.405.179,15	29,5%
São Paulo	2.048.565,63	2.148.874,41	2.862.257,77	33,2%
Rio de Janeiro	1.023.551,96	1.073.670,56	1.693.757,15	57,8%
Belo Horizonte	23.006,12	24.132,62	25.133,12	4,1%
Porto Alegre	328.929,37	345.035,51	283.360,25	-17,9%
Curitiba	197.474,60	207.144,01	272.577,84	31,6%
Fortaleza	279.506,06	293.192,17	260.253,04	-11,2%
Cuiabá	77.787,88	81.596,79	7.839,98	-90,4%

Deflator (IPCA)

1,048965369

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

*Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

**Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Investimentos (R\$ Milhares)				
Esfera de Governo	2008 corr.	2008 const.	2009	Variação real 2008 x 2009
União	9.774.499,00	10.253.110,95	14.977.895,00	46,1%
Estados e Municípios	18.816.259,10	19.737.604,18	23.126.417,18	17,2%
Estados	14.816.818,72	15.542.329,72	19.787.827,97	27,3%
São Paulo	5.827.517,00	6.112.863,52	8.381.841,00	37,1%
Rio de Janeiro	1.504.428,00	1.578.092,87	2.586.576,00	63,9%
Minas Gerais	2.711.605,82	2.844.380,60	2.753.332,28	-3,2%
Rio Grande do Sul	305.946,57	320.927,36	442.253,76	37,8%
Pernambuco	694.442,00	728.445,61	1.138.573,00	56,3%
Bahia	1.154.962,01	1.211.515,15	1.281.687,02	5,8%
Pará	919.115,00	964.119,81	827.322,00	-14,2%
Mato Grosso	678.521,70	711.745,77	836.313,01	17,5%
Amazonas	1.020.280,62	1.070.239,04	1.539.929,89	43,9%
Municípios	3.999.440,39	4.195.274,46	3.338.589,21	-20,4%
São Paulo	2.053.816,07	2.154.381,93	1.737.279,31	-19,4%
Rio de Janeiro	607.228,91	636.962,10	311.445,09	-51,1%
Belo Horizonte	779.462,70	817.629,37	736.387,04	-9,9%
Porto Alegre	121.319,06	127.259,49	136.305,09	7,1%
Curitiba	154.153,03	161.701,19	139.045,11	-14,0%
Fortaleza	209.511,11	219.769,90	233.492,64	6,2%
Cuiabá	73.949,52	77.570,48	44.634,94	0,42458865

Deflator (IPCA)

1,048965369

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

*Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

**Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Receita Corrente Líquida (R\$ Milhares)

Esfera de Governo	2008 corr.	2008 const.	2009	Varição real 2008 x 2009
União	428.563.288,00	449.548.047,68	437.199.421,00	-2,7%
Estados e Municípios	247.484.689,88	259.602.869,13	253.572.367,89	-2,3%
Estados	204.327.335,58	214.332.299,03	208.042.298,77	-2,9%
São Paulo	82.182.734,00	86.206.841,92	86.630.248,00	0,5%
Rio de Janeiro	31.830.883,00	33.389.493,94	28.976.688,00	-13,2%
Minas Gerais	29.242.489,41	30.674.358,71	29.118.469,55	-5,1%
Rio Grande do Sul	16.657.789,00	17.473.443,79	17.387.287,46	-0,5%
Pernambuco	10.010.231,00	10.500.385,66	10.631.854,00	1,3%
Bahia	14.237.786,08	14.934.944,54	14.671.427,31	-1,8%
Pará	7.587.651,00	7.959.183,13	7.997.163,00	0,5%
Mato Grosso	6.181.776,81	6.484.469,80	6.467.670,59	-0,3%
Amazonas	6.395.995,27	6.709.177,54	6.161.490,86	-8,2%
Municípios	43.157.354,30	45.270.570,10	45.530.069,12	0,6%
São Paulo	20.815.916,79	21.835.175,84	21.902.408,43	0,3%
Rio de Janeiro	9.666.782,80	10.140.120,39	10.401.075,34	2,6%
Belo Horizonte	3.880.653,25	4.070.670,87	4.095.769,94	0,6%
Porto Alegre	2.641.602,61	2.770.949,66	2.766.152,22	-0,2%
Curitiba	2.822.122,47	2.960.308,73	3.057.823,34	3,3%
Fortaleza	2.631.431,85	2.760.280,88	2.597.942,23	-5,9%
Cuiabá	698.844,54	733.063,72	708.897,63	-3,3%

Deflator (IPCA)

1,048965369

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

*Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

**Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Despesa com Pessoal (R\$ Milhares)

Esfera de Governo	2008 corr.	2008 const.	2009	Varição real 2008 x 2009
União	130.829.102,00	137.235.197,30	151.652.813,00	10,5%
Estados e Municípios	120.454.883,05	126.353.000,89	129.984.367,05	2,9%
Estados	102.667.993,42	107.695.169,64	111.635.731,04	3,7%
São Paulo	39.995.270,00	41.953.653,17	42.534.837,00	1,4%
Rio de Janeiro	8.762.657,00	9.191.723,74	9.734.390,00	5,9%
Minas Gerais	16.405.767,87	17.209.082,36	17.573.527,17	2,1%
Rio Grande do Sul	10.990.653,52	11.528.814,92	12.143.303,32	5,3%
Pernambuco	7.088.995,00	7.436.110,26	7.935.400,00	6,7%
Bahia	9.379.172,53	9.838.427,17	10.494.610,52	6,7%
Pará	3.495.512,00	3.666.671,04	3.901.067,00	6,4%
Mato Grosso	3.488.989,65	3.659.829,32	3.902.603,46	6,6%
Amazonas	3.060.975,85	3.210.857,67	3.415.992,57	6,4%
Municípios	17.786.889,63	18.657.831,25	18.348.636,01	-1,7%
São Paulo	6.479.380,71	6.796.645,97	6.768.091,47	-0,4%
Rio de Janeiro	6.203.038,21	6.506.772,26	5.988.050,29	-8,0%
Belo Horizonte	1.443.694,60	1.514.385,64	1.616.471,23	6,7%
Porto Alegre	1.273.034,82	1.335.369,44	1.346.955,21	0,9%
Curitiba	904.191,61	948.465,69	1.027.402,75	8,3%
Fortaleza	1.181.062,11	1.238.893,25	1.252.850,15	1,1%
Cuiabá	302.487,58	317.298,99	348.814,91	9,9%

Deflator (IPCA)

1,048965369

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

*Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

**Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Dívida Consolidada Líquida (R\$ Milhares)

Esfera de Governo	2008 corr.	2008 const.	2009	Varição real 2008 x 2009
União	760.312.587,00	793.094.605,13	971.868.925,00	22,5%
Estados e Municípios	346.048.398,97	360.968.794,98	337.939.050,44	-6,4%
Estados	297.097.600,83	309.907.409,72	288.007.819,05	-7,1%
São Paulo	133.920.658,00	139.694.848,13	130.298.983,00	-6,7%
Rio de Janeiro	51.041.606,00	53.242.341,44	46.935.827,00	-11,8%
Minas Gerais	51.298.635,06	53.510.452,69	52.264.414,52	-2,3%
Rio Grande do Sul	39.058.534,14	40.742.601,45	38.170.676,77	-6,3%
Pernambuco	4.249.424,00	4.432.644,29	4.589.102,00	3,5%
Bahia	10.240.885,17	10.682.436,31	9.234.646,96	-13,6%
Pará	2.144.103,00	2.236.549,22	1.907.584,00	-14,7%
Mato Grosso	4.324.155,35	4.510.597,79	3.497.757,80	-22,5%
Amazonas	819.600,11	854.938,40	1.108.827,00	29,7%
Municípios	48.950.798,14	51.061.385,26	49.931.231,38	-2,2%
São Paulo	42.323.362,66	44.148.197,95	45.270.125,10	2,5%
Rio de Janeiro	4.644.155,33	4.844.395,06	2.647.356,94	-45,4%
Belo Horizonte	1.081.934,97	1.128.584,22	1.419.595,47	25,8%
Porto Alegre	247.332,82	257.996,94	112.131,36	-56,5%
Curitiba	318.473,36	332.204,82	251.982,39	-24,1%
Fortaleza	(79.473,91)	(82.900,55)	(99.854,32)	-20,5%
Cuiabá	415.012,92	432.906,82	329.894,43	-23,8%

Deflator (IPCA)

1,043116501

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

*Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

**Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

União (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil correntes	% RCL	R\$ mil correntes	% RCL	em pp.RCL
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO (*)	93.730.272	21,87%	106.430.148	24,34%	2,5%

DESPESA PESSOAL - GOVERNO	130.829.102	30,53%	151.652.813	34,69%	4,2%
INVESTIMENTOS (Exec.Orçament.)	9.774.499	2,28%	14.977.895	3,43%	1,1%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	1.714.930.326	400,16%	2.179.091.992	498,42%	98,3%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	760.312.587	177,41%	971.868.925	222,29%	44,9%
RESULTADO PRIMÁRIO	71.438.389	16,7%	39.215.483	9,0%	-7,7%
RESULTADO NOMINAL	36.842.485	8,6%	109.480.114	25,0%	16,4%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	428.563.288	100,0%	437.199.421	100,0%	0,0%

União (R\$ mil constantes)			
Indicadores	2008 ¹	2009	Varição
DESPESA COM PESSOAL (*)			
PODER EXECUTIVO (LRF)	98.319.809	106.430.148	8,2%
GOVERNO FEDERAL (RES.PRIMARIO)	137.235.197	151.652.813	10,5%
GOVERNO FEDERAL (Exec.Orç.)	139.652.148	153.808.482	10,1%
INVESTIMENTOS (Exec.Orç.)	10.253.111	14.977.895	46,1%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	1.788.872.120	2.179.091.992	21,8%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	793.094.605	971.868.925	22,5%
RESULTADO PRIMÁRIO	74.936.396	39.215.483	-47,7%
RESULTADO NOMINAL	38.646.491	109.480.114	183,3%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	449.548.048	437.199.421	-2,7%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal - Poder Executivo) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado: não computam como gasto os valores inscritos em restos a pagar não processados.

(*) Despesa com Pessoal compreende diferentes conceitos e abrangências:

RGF do 3Quad2009 reporta apenas do Poder Executivo (não divulgado consolidado da União)

RREO informa liquidado na execução orçamentária (anexo I) e no resultado primário (anexo VIII)

A preços constantes segundo IPCA.

Estado de São Paulo (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil	% RCL	R\$ mil	% RCL	em pp.RCL
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	33.543.377	40,82%	35.769.213	41,29%	0,5%

DESPESA PESSOAL - GOVERNO	39.995.270	48,67%	42.534.837	49,10%	0,4%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	5.827.517	7,09%	8.381.841	9,68%	2,6%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	161.256.771	196,22%	161.290.730	186,18%	-10,0%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	133.920.658	162,95%	130.298.983	150,41%	-12,5%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	8.879.002	10,8%	6.287.514	7,3%	-3,5%
RESULTADO PRIMÁRIO	5.534.129	6,7%	2.647.108	3,1%	-3,7%
RESULTADO NOMINAL	13.880.321	16,9%	-386.659	-0,4%	-17,3%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	82.182.734	100%	86.630.248	100%	0,0%

Estado de São Paulo (R\$ mil constantes)			
Indicadores	2008 ¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	35.185.841	35.769.213	1,7%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	41.953.653	42.534.837	1,4%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	6.112.864	8.381.841	37,1%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	168.209.599	161.290.730	-4,1%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	139.694.848	130.298.983	-6,7%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	9.313.766	6.287.514	-32,5%
RESULTADO PRIMÁRIO	5.805.110	2.647.108	-54,4%
RESULTADO NOMINAL	14.559.976	-386.659	-102,7%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	86.206.842	86.630.248	0,5%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal - Poder Executivo) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Estado do Rio de Janeiro (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil	% RCL	R\$ mil	% RCL	em pp.RCL
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	7.592.018	23,9%	7.821.797	27,0%	3,1%

DESPESA PESSOAL - GOVERNO	8.762.657	27,5%	9.734.390	33,6%	6,1%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	1.504.428	4,7%	2.586.576	8,9%	4,2%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	56.474.322	177,4%	52.666.192	181,8%	4,3%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	51.041.606	160,4%	46.935.827	162,0%	1,6%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	4.625.785	14,5%	1.843.346	6,4%	-8,2%
RES. PRIMÁRIO	4.369.796	13,7%	1.446.492	5,0%	-8,7%
RESULTADO NOMINAL	4.605.688	14,5%	-3.074.470	-10,6%	-25,1%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	31.830.883	100,0%	28.976.688	100,0%	0,0%

Estado do Rio de Janeiro (R\$ mil constantes)			
	2008 ¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	7.963.764	7.821.797	-1,8%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	9.191.724	9.734.390	5,9%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	1.578.093	2.586.576	63,9%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	58.909.297	52.666.192	-10,6%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	53.242.341	46.935.827	-11,8%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	4.852.288	1.843.346	-62,0%
RES. PRIMÁRIO	4.583.765	1.446.492	-68,4%
RESULTADO NOMINAL	4.831.207	-3.074.470	-163,6%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	33.389.494	28.976.688	-13,2%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Estado de Minas Gerais (R\$ mil correntes)					
	2008		2009		2009-2008
Indicadores	R\$ mil correntes	% RCL	R\$ mil correntes	% RCL	em pp.RCL

DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	13.113.970,26	44,8%	13.441.277,73	46,2%	1,3%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	16.405.767,87	56,1%	17.573.527,17	60,4%	4,2%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	2.711.605,82	9,3%	2.753.332,28	9,5%	0,2%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	58.405.534,21	199,7%	58.967.869,90	202,5%	2,8%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	51.298.635,06	175,4%	52.264.414,52	179,5%	4,1%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	5.075.477,36	17,4%	3.249.067,28	11,2%	-6,2%
RES. PRIMÁRIO	2.971.304,92	10,2%	1.732.670,99	6,0%	-4,2%
RESULTADO NOMINAL	6.122.810,55	20,9%	977.380,31	3,4%	-17,6%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	29.242.489,41	100,0%	29.118.469,55	100,0%	0,0%

Estado de Minas Gerais (R\$ mil constantes)			
Indicadores	2008 ¹	2009	Variação
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	13.756.100,66	13.441.277,73	-2,29%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	17.209.082,36	17.573.527,17	2,12%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	2.844.380,60	2.753.332,28	-3,20%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	60.923.776,46	58.967.869,90	-3,21%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	53.510.452,69	52.264.414,52	-2,33%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	5.323.999,99	3.249.067,28	-38,97%
RES. PRIMÁRIO	3.116.795,96	1.732.670,99	-44,41%
RESULTADO NOMINAL	6.422.616,23	977.380,31	-84,78%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	30.674.358,71	29.118.469,55	-5,07%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).
Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Estado do Rio Grande do Sul (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008 em pp.RCL
	R\$ mil	% RCL	R\$ mil	% RCL	

DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	6.348.417	38,1%	7.034.718	40,5%	2,3%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	10.990.654	66,0%	12.143.303	69,8%	3,9%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	305.947	1,8%	442.254	2,5%	0,7%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	40.553.762	243,5%	39.645.535	228,0%	-15,4%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	39.058.534	234,5%	38.170.677	219,5%	-14,9%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	2.638.652	15,8%	1.896.358	10,9%	-4,9%
RES. PRIMÁRIO	2.150.782	12,9%	1.627.527	9,4%	-3,6%
RESULTADO NOMINAL	3.544.131	21,3%	-887.857	-5,1%	-26,4%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.657.789	100,0%	17.387.287	100,0%	0,0%

Estado do Rio Grande do Sul (R\$ mil constantes)			
	2008 ¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	6.659.270	7.034.718	5,6%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	11.528.815	12.143.303	5,3%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	320.927	442.254	37,8%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	42.302.298	39.645.535	-6,3%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	40.742.601	38.170.677	-6,3%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	2.767.855	1.896.358	-31,5%
RES. PRIMÁRIO	2.256.095	1.627.527	-27,9%
RESULTADO NOMINAL	3.717.671	-887.857	-123,9%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.473.444	17.387.287	-0,5%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Estado do Pernambuco (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil	% RCL	R\$ mil	% RCL	em pp.RCL

DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	4.173.310	41,7%	4.742.736	44,6%	2,9%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	7.088.995	70,8%	7.935.400	74,6%	3,8%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	694.442	6,9%	1.138.573	10,7%	3,8%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	5.043.634	50,4%	5.357.855	50,4%	0,0%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	4.249.424	42,5%	4.589.102	43,2%	0,7%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	826.297	8,3%		0,0%	-8,3%
RES. PRIMÁRIO	733.901	7,3%	-356.675	-3,4%	-10,7%
RESULTADO NOMINAL	-154.770	-1,5%	339.678	3,2%	4,7%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.010.231	100,0%	10.631.854	100,0%	0,0%

Estado do Pernambuco (R\$ mil constantes)			
	2008 ¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	4.377.658	4.742.736	8,3%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	7.436.110	7.935.400	6,7%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	728.446	1.138.573	56,3%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	5.261.098	5.357.855	1,8%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	4.432.644	4.589.102	3,5%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	866.757	0	-100,0%
RES. PRIMÁRIO	769.837	-356.675	-146,3%
RESULTADO NOMINAL	-162.348	339.678	-309,2%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.500.386	10.631.854	1,3%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Estado do Bahia (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil	% RCL	R\$ mil	% RCL	em pp.RCL

DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	6.136.333	43,1%	6.859.024	46,8%	3,7%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	9.379.173	65,9%	10.494.611	71,5%	5,7%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	1.154.962	8,1%	1.281.687	8,7%	0,6%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	11.498.748	80,8%	10.424.316	71,1%	-9,7%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	10.240.885	71,9%	9.234.647	62,9%	-9,0%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	1.645.064	11,6%	878.638	6,0%	-5,6%
RES. PRIMÁRIO	1.437.346	10,1%	737.978	5,0%	-5,1%
RESULTADO NOMINAL	-129.952	-0,9%	-1.006.238	-6,9%	-5,9%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.237.786	100,0%	14.671.427	100,0%	0,0%

Estado do Bahia (R\$ mil constantes)			
	2008¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	6.436.801	6.859.024	6,6%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	9.838.427	10.494.611	6,7%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	1.211.515	1.281.687	5,8%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	11.994.534	10.424.316	-13,1%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	10.682.436	9.234.647	-13,6%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	1.725.615	878.638	-49,1%
RES. PRIMÁRIO	1.507.726	737.978	-51,1%
RESULTADO NOMINAL	-136.315	-1.006.238	-638,2%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.934.945	14.671.427	-1,8%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Estado do Pará (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil	% RCL	R\$ mil	% RCL	em pp.RCL

DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	3.271.509	43,1%	3.643.335	45,6%	2,4%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	3.495.512	46,1%	3.901.067	48,8%	2,7%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	919.115	12,1%	827.322	10,3%	-1,8%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	2.790.958	36,8%	2.751.523	34,4%	-2,4%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	2.144.103	28,3%	1.907.584	23,9%	-4,4%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP		0,0%		0,0%	0,0%
RES. PRIMÁRIO	442.060	5,8%	86.178	1,1%	-4,7%
RESULTADO NOMINAL	15.045	0,2%	-20.931	-0,3%	-0,5%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.587.651	100,0%	7.997.163	100,0%	0,0%

Estado do Pará (R\$ mil constantes)			
	2008 ¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	3.431.700	3.643.335	6,2%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	3.666.671	3.901.067	6,4%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	964.120	827.322	-14,2%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	2.911.294	2.751.523	-5,5%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	2.236.549	1.907.584	-14,7%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	0	0	0
RES. PRIMÁRIO	463.706	86.178	-81,4%
RESULTADO NOMINAL	15.782	-20.931	-232,6%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.959.183	7.997.163	0,5%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Estado do Mato Grosso (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil	% RCL	R\$ mil	% RCL	em pp.RCL

DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	2.248.711	36,4%	2.574.338	39,8%	3,4%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	3.488.990	56,4%	3.902.603	60,3%	3,9%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	678.522	11,0%	836.313	12,9%	2,0%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	5.388.687	87,2%	4.804.392	74,3%	-12,9%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	4.324.155	70,0%	3.497.758	54,1%	-15,9%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
RES. PRIMÁRIO	785.503	12,7%	120.134	1,9%	-10,8%
RESULTADO NOMINAL	-255.735	-4,1%	-804.360	-12,4%	-8,3%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	6.181.777	100,0%	6.467.671	100,0%	0,0%

Estado do Mato Grosso (R\$ mil constantes)			
	2008 ¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	2.358.820	2.574.338	9,1%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	3.659.829	3.902.603	6,6%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	711.746	836.313	17,5%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	5.621.028	4.804.392	-14,5%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	4.510.598	3.497.758	-22,5%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	0	0	0,0%
RES. PRIMÁRIO	823.966	120.134	-85,4%
RESULTADO NOMINAL	-268.257	-804.360	199,8%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	6.484.470	6.467.671	-0,3%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Estado do Amazonas (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil	% RCL	R\$ mil	% RCL	em pp.RCL

DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	2.473.051	38,7%	2.843.996	46,2%	7,5%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	3.060.976	47,9%	3.415.993	55,4%	7,6%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	1.020.281	16,0%	1.539.930	25,0%	9,0%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	2.225.427	34,8%	2.778.178	45,1%	10,3%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	819.600	12,8%	1.108.827	18,0%	5,2%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	597.485	9,3%	-577.903	-9,4%	-18,7%
RES. PRIMÁRIO	158.393	2,5%	-1.024.896	-16,6%	-19,1%
RESULTADO NOMINAL	-192.166	-3,0%	289.227	4,7%	7,7%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	6.395.995	100,0%	6.161.491	100,0%	0,0%

Estado do Amazonas (R\$ mil constantes)			
	2008¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	2.594.145	2.843.996	9,6%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	3.210.858	3.415.993	6,4%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	1.070.239	1.539.930	43,9%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	2.321.380	2.778.178	19,7%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	854.938	1.108.827	29,7%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	626.741	-577.903	-192,2%
RES. PRIMÁRIO	166.149	-1.024.896	-716,9%
RESULTADO NOMINAL	-201.576	289.227	243,5%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	6.709.178	6.161.491	-8,2%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Município de São Paulo (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil correntes	% RCL	R\$ mil correntes	% RCL	em pp.RCL

DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	7.147.376,03	34,3%	7.660.170,12	35,0%	0,6%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	6.479.380,71	31,1%	6.768.091,47	30,9%	-0,2%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	2.053.816,07	9,9%	1.737.279,31	7,9%	-1,9%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	46.092.246,83	221,4%	48.003.309,07	219,2%	-2,3%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	42.323.362,66	203,3%	45.270.125,10	206,7%	3,4%
RESULTADO PRIMÁRIO SEM RP	2.048.565,63	9,8%	2.862.257,77	13,1%	3,2%
RESULTADO PRIMÁRIO	720.505,29	3,5%	1.457.130,39	6,7%	3,2%
RESULTADO NOMINAL	7.068.788,27	34,0%	2.989.388,32	13,6%	-20,3%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.815.916,79	100,0%	21.902.408,43	100,0%	0,0%

Município de São Paulo (R\$ mil constantes)			
Indicadores	2008 ¹	2009	Variação
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	7.497.349,94	7.660.170,12	2,2%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	6.796.645,97	6.768.091,47	-0,4%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	2.154.381,93	1.737.279,31	-19,4%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	48.079.583,22	48.003.309,07	-0,2%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	44.148.197,95	45.270.125,10	2,5%
RESULTADO PRIMÁRIO SEM RP	2.148.874,41	2.862.257,77	33,2%
RESULTADO PRIMÁRIO	755.785,09	1.457.130,39	92,8%
RESULTADO NOMINAL	7.414.914,09	2.989.388,32	-59,7%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.835.175,84	21.902.408,43	0,3%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Município do Rio de Janeiro (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008 em pp.RCL
	R\$ mil correntes	% RCL	R\$ mil correntes	% RCL	

DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	4.702.181,78	48,6%	4.831.188,15	46,4%	-2,2%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	6.203.038,21	64,2%	5.988.050,29	57,6%	-6,6%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	607.228,91	6,3%	311.445,09	3,0%	-3,3%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	8.684.930,97	89,8%	8.179.193,28	78,6%	-11,2%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	4.644.155,33	48,0%	2.647.356,94	25,5%	-22,6%
RESULTADO PRIMÁRIO SEM RP	1.023.551,96	10,6%	1.693.757,15	16,3%	5,7%
RESULTADO PRIMÁRIO	456.285,10	4,7%	1.357.565,45	13,1%	8,3%
RESULTADO NOMINAL	1.036.406,90	10,7%	-1.990.462,00	-19,1%	-29,9%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.666.782,80	100,0%	10.401.075,34	100,0%	0,0%

Município do Rio de Janeiro (R\$ mil constantes)				
Indicadores	2008 ¹	2009	Variação	
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	4.932.425,85	4.831.188,15	-2,1%	
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	6.506.772,26	5.988.050,29	-8,0%	
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	636.962,10	311.445,09	-51,1%	
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	9.059.394,80	8.179.193,28	-9,7%	
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	4.844.395,06	2.647.356,94	-45,4%	
RESULTADO PRIMÁRIO SEM RP	1.073.670,56	1.693.757,15	57,8%	
RESULTADO PRIMÁRIO	478.627,26	1.357.565,45	183,6%	
RESULTADO NOMINAL	1.087.154,95	-1.990.462,00	-283,1%	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.140.120,39	10.401.075,34	2,6%	

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Município de Belo Horizonte (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil correntes	% RCL	R\$ mil correntes	% RCL	em pp.RCL

DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	1.551.684,03	40,0%	1.733.232,19	42,3%	2,3%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	1.443.694,60	37,2%	1.616.471,23	39,5%	2,3%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	779.462,70	20,1%	736.387,04	18,0%	-2,1%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	1.384.125,37	35,7%	1.555.677,30	38,0%	2,3%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	1.081.934,97	27,9%	1.419.595,47	34,7%	6,8%
RESULTADO PRIMÁRIO SEM RAP-NP	23.006,12	0,6%	25.133,12	0,6%	0,0%
RESULTADO PRIMÁRIO	23.007,12	0,6%	25.134,12	0,6%	0,0%
RESULTADO NOMINAL	-94.042,49	-2,4%	337.660,50	8,2%	10,7%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.880.653,25	100,0%	4.095.769,94	100,0%	0,0%

Município de Belo Horizonte (R\$ mil constantes)			
Indicadores	2008 ¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	1.627.662,81	1.733.232,19	6,5%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	1.514.385,64	1.616.471,23	6,7%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	817.629,37	736.387,04	-9,9%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	1.443.804,01	1.555.677,30	7,7%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	1.128.584,22	1.419.595,47	25,8%
RESULTADO PRIMÁRIO SEM RAP-NP	24.132,62	25.133,12	4,1%
RESULTADO PRIMÁRIO	24.133,67	25.134,12	4,1%
RESULTADO NOMINAL	-98.647,31	337.660,50	442,3%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	4.070.670,87	4.095.769,94	0,6%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Município de Curitiba (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008 em pp.RCL
	R\$ mil	% RCL	R\$ mil	% RCL	

	correntes		correntes		
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	1.069.006	37,9%	1.221.960	40,0%	2,1%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	904.192	32,0%	1.027.403	33,6%	1,6%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	154.153	5,5%	139.045	4,5%	-0,9%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	593.371	21,0%	503.026	16,5%	-4,6%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	318.473	11,3%	251.982	8,2%	-3,0%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	197.475	7,0%	272.578	8,9%	1,9%
RES. PRIMÁRIO	-764	0,0%	99.977	3,3%	3,3%
RESULTADO NOMINAL	330.193	11,7%	-55.092	-1,8%	-13,5%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.822.122	100,0%	3.057.823	100,0%	0,0%

Município de Curitiba (R\$ mil constantes)			
	2008 ¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	1.121.350	1.221.960	9,0%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	948.466	1.027.403	8,3%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	161.701	139.045	-14,0%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	618.955	503.026	-18,7%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	332.205	251.982	-24,1%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	207.144	272.578	31,6%
RES. PRIMÁRIO	-802	99.977	-12568,5%
RESULTADO NOMINAL	346.361	-55.092	-115,9%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.960.309	3.057.823	3,3%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Município de Porto Alegre (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil	% RCL	R\$ mil	% RCL	em pp.RCL

	correntes		correntes		
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	1.127.501	42,7%	1.229.250	44,4%	1,8%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	1.273.035	48,2%	1.346.955	48,7%	0,5%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	121.319	4,6%	136.305	4,9%	0,3%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	590.250	22,3%	567.753	20,5%	-1,8%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	247.333	9,4%	112.131	4,1%	-5,3%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	328.929	12,5%	283.360	10,2%	-2,2%
RES. PRIMÁRIO	258.287	9,8%	212.247	7,7%	-2,1%
RESULTADO NOMINAL	-70.489	-2,7%	-135.201	-4,9%	-2,2%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.641.603	100,0%	2.766.152	100,0%	0,0%

Município de Porto Alegre (R\$ mil constantes)			
	2008 ¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	1.182.709	1.229.250	3,9%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	1.335.369	1.346.955	0,9%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	127.259	136.305	7,1%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	615.699	567.753	-7,8%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	257.997	112.131	-56,5%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	345.036	283.360	-17,9%
RES. PRIMÁRIO	270.934	212.247	-21,7%
RESULTADO NOMINAL	-73.940	-135.201	82,9%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.770.950	2.766.152	-0,2%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Município de Fortaleza (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil	% RCL	R\$ mil	% RCL	em pp.RCL

	correntes		correntes		
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	1.108.830	42,1%	1.177.503	45,3%	3,2%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	1.181.062	44,9%	1.252.850	48,2%	3,3%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	209.511	8,0%	233.493	9,0%	1,0%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	305.011	11,6%	319.801	12,3%	0,7%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	-79.474	-3,0%	-99.854	-3,8%	-0,8%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
RES. PRIMÁRIO	279.506	10,6%	260.253	10,0%	-0,6%
RESULTADO NOMINAL	66.303	2,5%	-19.652	-0,8%	-3,3%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.631.432	100,0%	2.597.942	100,0%	0,0%

Município de Fortaleza (R\$ mil constantes)			
	2008 ¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	1.163.124	1.177.503	1,2%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	1.238.893	1.252.850	1,1%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	219.770	233.493	6,2%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	318.162	319.801	0,5%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	-82.901	-99.854	20,5%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	0	0	0,0%
RES. PRIMÁRIO	293.192	260.253	-11,2%
RESULTADO NOMINAL	69.549	-19.652	-128,3%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.760.281	2.597.942	-5,9%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA

Município de Cuiabá (R\$ mil correntes)					
Indicadores	2008		2009		2009-2008
	R\$ mil	% RCL	R\$ mil	% RCL	em pp.RCL

	correntes		correntes		
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	287.369	41,1%	335.377	47,3%	6,2%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	302.488	43,3%	348.815	49,2%	5,9%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	73.950	10,6%	44.635	6,3%	-4,3%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	445.700	63,8%	405.931	57,3%	-6,5%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	415.013	59,4%	329.894	46,5%	-12,8%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
RES. PRIMÁRIO	77.788	11,1%	7.840	1,1%	-10,0%
RESULTADO NOMINAL	-18.812	-2,7%	85.118	12,0%	14,7%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	698.845	100,0%	708.898	100,0%	0,0%

Município de Cuiabá (R\$ mil constantes)			
	2008¹	2009	Varição
DESPESA PESSOAL - P.EXECUTIVO	301.440	335.377	11,3%
DESPESA PESSOAL - GOVERNO	317.299	348.815	9,9%
INVESTIMENTOS SEM RAP-NP	77.570	44.635	-42,5%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	464.917	405.931	-12,7%
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)	432.907	329.894	-23,8%
RES. PRIMÁRIO SEM RAP-NP	0	0	0,0%
RES. PRIMÁRIO	81.597	7.840	-90,4%
RESULTADO NOMINAL	-19.733	85.118	531,3%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	733.064	708.898	-3,3%

Fontes: RGF (RCL, DC, DCL, Despesa Pessoal) e RREO (despesa de pessoal do governo, investimentos e resultados).

Investimentos e resultado primário ajustado não computam valores inscritos em restos a pagar não processados.

¹Valores de 2008 a preços constantes, deflacionados pelo IPCA